



**ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.**

entre

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.,
como Emissora,

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
*representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente
emissão*

Datada de

16 de junho de 2014





ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A., companhia fechada com sede na Fazenda Caraíba s/n, na Cidade de Jaguarari, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.509.257/0001-13 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCEB sob o NIRE nº 29300019097, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Emissora”; e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.220, Bloco 4, sala 514, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente Emissão e doravante denominada simplesmente “Agente Fiduciário”;

celebram a presente “Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A.”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles a seguir atribuído:

AGD Assembleia Geral de Debenturistas.

AGE Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, que aprovou a Emissão.



[Handwritten signature]

Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada.
Amortização do Valor Nominal Unitário	Amortização do Valor Nominal Unitário prevista no item 5.8.1.
Amortização Antecipada Parcial Facultativa	Amortização antecipada parcial facultativa das Debêntures, conforme definida na Cláusula 6.2.1.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A., sociedade com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001.04.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CETIP21	CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Contrato de Colocação	“Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 4ª Emissão da Mineração Caraíba S.A.”, celebrado entre Emissora e Coordenador Líder.

Controlada	Qualquer sociedade controlada, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei nº 6.404/76, pela Emissora.
Coordenador Líder	Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	27 de junho de 2014.
Data de Integralização	As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, nos termos da Cláusula 5.3 da Escritura.
Data de Pagamento de Remuneração	Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.
Data de Vencimento	27 de junho de 2017.
Debêntures	As 39 (trinta e nove) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 4ª Emissão da Mineração Caraíba S.A.
Debêntures em Circulação	Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de AGD previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e/ou coligadas da

Handwritten signature and initials in blue ink.

Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

Debenturistas

Os titulares das Debêntures.

Dia Útil

Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

Documentos da Emissão

Esta Escritura, o Contrato de Colocação bem como quaisquer outros instrumentos celebrados com prestadores de serviço desta Emissão.

Emissão

4ª (quarta) Emissão de debêntures da Emissora.

Emissora

Mineração Caraíba S.A., acima qualificada.

Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.

Escritura

A presente Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A.

Escriturador Mandatário

Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.

Eventos de Vencimento Antecipado

Eventos previstos no item 6.3 da Escritura.

Instrução CVM nº 28/83

Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983,



conforme alterada.

Instrução CVM nº 358/02

Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 409/04

Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Investidores Qualificados

São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

IPCA

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

JUCEB

Junta Comercial do Estado da Bahia.

Lei nº 6.385/76

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.



Handwritten signature in blue ink

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Licenças

Licenças e autorização necessárias para as atividades da Companhia e de suas Controladas, que na data desta Escritura são: (i) IBAMA- Autorização de Transporte de Resíduos Perigosos (ATRP), Nº da Autorização: ATRP-58066 - Validade 02/07/2014; (ii) Licenciamento Ambiental – Portaria do Instituto do Meio Ambiente nº 13.366, Validade: 22/08/2015; (iii) Licenciamento Ambiental: Portaria do Centro de Recursos Ambientais nº 8807, Validade: 28/10/2012 (pedido de renovação protocolizado em 22/06/2012); (iv) Licenciamento Ambiental – Portaria do Instituto do Meio Ambiente nº 13.741, Validade: 18/11/2015; (v) Licenciamento Ambiental – Portaria INEMA nº 297, Validade: 01/06/2014 (em fase de renovação/transformação em licença de operação); e (vi) Licenciamento Ambiental: Portaria do Instituto do Meio Ambiente nº 6916; Validade: 11/02/2017.

MDA

Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP

Oferta Restrita

A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada



Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

Período de Ausência de Taxa DI	Ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação, nos termos do item 5.6.5.
RCA	Reunião do Conselho de Administração da Emissora, que aprovou algumas das condições da Emissão, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76.
Remuneração	Juros correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada de da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescido de spread ou sobretaxa de 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa, <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que será calculado na forma prevista no item 5.6 desta Escritura.
Resgate Antecipado	Resgate antecipado das Debêntures, conforme item 6.2.1. desta Escritura.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, <i>over</i> extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Taxa DI é calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).



Taxa Substitutiva

Taxa substitutiva à Taxa DI, nas hipóteses previstas no item 5.6.5.

Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE realizada em 10 de junho de 2014 e na RCA realizada em 16 de junho de 2014, na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59, da Lei nº 6.404/76.

3. DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

3.1.1.1 Como condição para integralização das Debêntures, as atas da AGE e da RCA serão devidamente arquivadas na JUCEB e publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal “Correio da Bahia”, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.1.2 A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia das atas da AGE e da RCA que deliberarem a Emissão devidamente arquivadas na JUCEB, bem como das referidas publicações, tempestivamente após o referido arquivamento e da referida publicação.

3.1.2 Inscrição da Escritura

3.1.2.1 Também como condição para integralização das Debêntures, esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEB, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76, devendo ser levados a registro em até 5 (cinco) Dias Úteis

contados de sua assinatura. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original e seus eventuais aditamentos desta Escritura registrados na JUCEB tempestivamente após a respectiva inscrição.

3.1.3 Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 A Oferta Restrita será registrada na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", exclusivamente para fins de informar a base de dados, condicionado à expedição, até a data do encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA nesse sentido, nos termos do artigo 9º, § 1º, do referido Código.

3.1.5 Registro na CETIP

3.1.5.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21, sendo a distribuição e as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.1.5.2 Não obstante o disposto no item anterior, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, as Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, observado o cumprimento pela Emissora das exigências dispostas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto social a exploração e aproveitamento de jazidas minerais, compreendendo a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a comercialização e industrialização de substâncias minerais e seus subprodutos e derivados, podendo estender suas atividades à importação e à exportação de tais substâncias e subprodutos e derivados e à prestação de serviços em atividades correlatas, exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, bem como participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 4ª (quarta) emissão de Debêntures da Emissora.

4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

4.4 Valor Total da Emissão

4.4.1 O valor total da Emissão será de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais), na Data de Integralização.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 39 (trinta e nove) Debêntures.

4.6 Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

4.6.1 O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A. e o Escriturador Mandatário será a Itaú Corretora de Valores S.A., acima qualificados.

4.7 Destinação dos Recursos

4.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados (i) prioritariamente para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora, mediante pagamento do saldo do valor nominal unitário de referidas debêntures, acrescido da remuneração, eventuais encargos e do prêmio de resgate, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; e caso haja recursos remanescentes (ii) para investimentos em Capex; e (iii) para financiamento das atividades operacionais da Emissora.

4.8 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.8.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Colocação, e serão ofertadas a no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

5.1.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão.

5.1.2 Data de Emissão

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 27 de junho de 2014.

5.1.3 Prazo e Data de Vencimento

5.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de junho de 2017, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 6.3 abaixo e o Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada Parcial Facultativa previstos no item 6.2.1. abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, ~~sem a~~ emissão de cautelares ou certificados.

5.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.1.6 *Conversibilidade*

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.7 *Espécie*

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

5.2 **Subscrição**

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, em uma única data, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e no parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09.

5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

5.4 **Direito de Preferência**

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 **Atualização Monetária do Valor Nominal**

5.5.1 Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures.

5.6 **Remuneração**

5.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

5.6.2 Após decorridos 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, a Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização será paga mensalmente no dia 27 (vinte e sete) de cada mês, ou no primeiro Dia Útil subsequente caso o mesmo não seja Dia Útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 27 de julho de 2015, e o último pagamento da Remuneração será devido na Data de Vencimento, nas mesmas datas de pagamento das Amortizações, conforme disposto no item 5.8.1, abaixo.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor unitário da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

,onde:

“DI_k” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” é igual a 2,9000 (dois inteiros e noventa centésimos);

“DP” é o número de Dias Úteis entre a Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

5.6.3.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.6.5 Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado. A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, será utilizado, para o cálculo do valor da Remuneração, a última Taxa DI divulgada oficialmente.



5.6.6 Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da AGD prevista acima, a referida assembleia não mais será realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração desde o dia de sua indisponibilidade.

5.6.7 Caso, na AGD prevista acima, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora se obriga a resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, para o cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, a Taxa DI utilizada será a última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

5.8 Amortização

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, ocorrendo o primeiro pagamento em 27 de julho de 2015, e as demais devidas sempre nas datas indicadas na tabela abaixo:

Parcela	Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário)	Data de Pagamento
1	4,1670%	27 de julho de 2015
2	4,1670%	27 de agosto de 2015



3	4,1670%	27 de setembro de 2015
4	4,1670%	27 de outubro de 2015
5	4,1670%	27 de novembro de 2015
6	4,1670%	27 de dezembro de 2015
7	4,1670%	27 de janeiro de 2016
8	4,1670%	27 de fevereiro de 2016
9	4,1670%	27 de março de 2016
10	4,1670%	27 de abril de 2016
11	4,1670%	27 de maio de 2016
12	4,1670%	27 de junho de 2016
13	4,1670%	27 de julho de 2016
14	4,1670%	27 de agosto de 2016
15	4,1670%	27 de setembro de 2016
16	4,1670%	27 de outubro de 2016

17	4,1670%	27 de novembro de 2016
18	4,1670%	27 de dezembro de 2016
19	4,1670%	27 de janeiro de 2017
20	4,1670%	27 de fevereiro de 2017
21	4,1670%	27 de março de 2017
22	4,1670%	27 de abril de 2017
23	4,1670%	27 de maio de 2017
24	saldo do Valor Nominal Unitário	27 de junho de 2017

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Escriturador Mandatário.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do

pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

5.9.2 Prorrogação dos Prazos

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

5.9.3 Encargos Moratórios

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures a qual incidirá até o efetivo pagamento das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 5.9.2 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

5.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos e a Remuneração até a data do respectivo vencimento.

5.10 Publicidade

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, no jornal “Correio da Bahia”, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública com esforços restritos de colocação das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

5.11 Aditamento à Presente Escritura

5.11.1 Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pelas Partes e serão posteriormente arquivados na JUCEB pela Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua celebração, sendo certo que os aditamentos a esta Escritura firmados após a Data de Integralização das Debêntures serão aprovadas em AGD, que deverá ser convocada e realizada conforme o previsto no item 9 desta Escritura.

6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Aquisição Facultativa

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

6.2 Resgate Antecipado e Amortização Antecipada Parcial Facultativa

6.2.1. Após decorridos 12 (doze) meses da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o Resgate Antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, ou a Amortização Antecipada Parcial Facultativa das Debêntures em Circulação, de acordo com os termos e condições previstos abaixo:

- i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado ou a Amortização Antecipada Parcial Facultativa por meio de comunicação por escrito e individual aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, com antecedência de 10 (dez) Dias Úteis da data pretendida para o referido resgate ou amortização, ou, na mesma data, por meio de publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da Cláusula 5.10 acima, o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado ou da Amortização Antecipada Parcial Facultativa, incluindo (a) se o Resgate Antecipado será total ou parcial, sendo que no caso de Resgate Antecipado parcial, este deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário; (b) percentual do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, no caso de Amortização Antecipada Parcial Facultativa; (c) a data efetiva para o Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada Parcial Facultativa, conforme o caso, e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (d) menção ao valor a ser pago aos Debenturistas, conforme item (iv) abaixo; e (e) demais informações necessárias para operacionalização do Resgate Antecipado ou da Amortização Antecipada Parcial Facultativa;
- ii) a Amortização Antecipada Parcial Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação e limitar-se a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. Caso as debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o evento seguirá os procedimentos da CETIP;
- iii) a Emissora deverá comunicar ao Escriturador Mandatário e à CETIP sobre a realização do Resgate Antecipado ou da Amortização Antecipada Parcial Facultativa com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data de realização dos eventos mencionados anteriormente; para as Debêntures custodiadas

eletronicamente na CETIP, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário; e

- iv) o valor a ser resgatado e/ou amortizado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário (no caso de Resgate Antecipado), ou parcela do Valor Nominal Unitário ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário (no caso de Amortização Antecipada Parcial Facultativa), conforme o caso, acrescido da Remuneração incidente *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, bem como dos eventuais encargos devidos e não pagos até a data do resgate e/ou da amortização.

6.2.1.1 O pagamento das Debêntures resgatadas ou amortizadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada Parcial Facultativa será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelas Debenturistas a ser realizado pelo Escritutor Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.2.1.2 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado parcial deverá seguir os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

6.2.1.3 As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

6.3 Vencimento Antecipado

6.3.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, observado os procedimentos previstos no item 6.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida

até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado de seu vencimento;
- ii) descumprimento, pela Emissora, ou por qualquer de suas Controladas, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 10 (dez) dias da data do envio de comunicação do referido descumprimento: (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- iii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e Licenças relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, e/ou por qualquer de suas Controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida Licença ou autorização;
- iv) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora nos documentos relacionados à Emissão;
- v) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer de suas Controladas;
- vi) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência, não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora, de qualquer de suas Controladas;

[Handwritten signature]



- vii) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76;
- viii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- ix) não cumprimento de qualquer decisão final e irreversível contra a Emissora, e/ou qualquer de suas Controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) corrigidos anualmente a partir da Data de Integralização das Debêntures pelo IPCA, ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;
- x) realização de redução de capital social da Emissora após a Data de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;
- xi) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora, e/ou qualquer de suas Controladas, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), reajustado pelo IPCA desde a Data de Integralização das Debêntures;
- xii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora, e/ou qualquer de suas Controladas, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), reajustado pelo IPCA desde a Data de Integralização das Debêntures;
- xiii) protesto de títulos contra a Emissora, e/ou qualquer de suas Controladas em valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por cujo pagamento a Emissora, ou qualquer de suas Controladas seja responsável, reajustado pelo IPCA desde a Data de Integralização das Debêntures, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de



terceiros; (b) o protesto for cancelado, ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;

- xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para este fim;
- xv) transferência, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de qualquer ativo em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas, por cada período de 12 (doze) meses desde a Data de Integralização das Debêntures, para qualquer sociedade que não seja uma Controlada, exceto pelas vendas de produtos no curso normal de seus negócios;
- xvi) não manutenção, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, de seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado; os seguros contratados pela Emissora, na data de celebração desta Escritura, estão listados no Anexo I a esta Escritura;
- xvii) se ocorrer mudança, direta ou indireta, no controle da Emissora, sem o envio de notificação aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias contados da efetiva modificação ou transferência e/ou, após o envio de referida notificação, caso não haja a prévia e expressa anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, em até 30 (trinta) dias da data da alteração, consentimento esse que poderá ser negado pelos Debenturistas por qualquer motivo; ou ainda se houver alteração ou modificação das atividades realizadas pela Emissora;
- xviii) ocorrência de incorporação da Emissora por quaisquer terceiros, incluindo incorporação de ações, e/ou realização pela Emissora, de fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que não tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;

- xix) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de ativos em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto se a Emissora comprovar em até 10 (dez dias) corridos da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial, administrativa ou arbitral com efeitos suspensivo suspendendo a respectiva medida;
- xx) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;
- xxi) alteração do objeto social da Emissora, de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora, ou agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas; ou
- xxii) cancelamento do registro das Debêntures na CETIP.

6.3.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados no item 6.3.1 (i), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (xii), (xiv), (xvii), (xviii) e (xxii) acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, desde que respeitados os prazos de cura estabelecidos em cada um dos subitens do item 6.3.1 acima, conforme aplicável.

6.3.3 Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados no item 6.3.1 (ii), (ix), (x), (xi), (xiii), (xv), (xvi), (xix), (xx) e (xxi) acima, a AGD deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar da ciência do evento, para decidir a respeito do vencimento antecipado das Debêntures.

6.3.4. Caso a AGD mencionada no item 6.3.3. acima não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.3.4.1 Uma vez instalada a AGD prevista no item 6.3.3 anterior, será necessário o quórum especial de titulares que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures.

6.3.5 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada, ou com aviso de recebimento expedido pelo correio (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Escriturador Mandatário.

6.3.6 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate antecipado e consequente pagamento integral da dívida por elas representada, deverá ser efetuado pela Emissora em até 5 (cinco) dias corridos, contados do protocolo da carta ou do aviso de recebimento, mencionadas nos itens 6.3.5 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.3.7 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de decretação de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer elaborado por auditores independentes registrados pela CVM no caso das anuais; e (2) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social.



- b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente registrado pela CVM contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora, conforme item 8.3 “ix” abaixo), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- c) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor, individual ou agregado, equivalente a, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em até 5 (cinco) Dias Úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Integralização, pelo IPCA;
- d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.3 acima no prazo de até 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência;
- e) o organograma societário atualizado, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado no subitem “xii” do item 8.3 abaixo, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização de referido relatório. O citado organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrante do bloco de controle no encerramento de cada exercício social;
- f) aviso aos titulares de Debêntures, de fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358/02, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;



- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, incluindo as demonstrações financeiras em vigor, para os fins do disposto no artigo 17, inciso III da Instrução CVM nº 476/09, demonstrações essas as quais, acompanhadas de notas explicativas e parecer elaborado por auditores independentes registrados na CVM, deverão ser divulgadas em sua página na rede mundial de computadores, como condição para integralização das Debêntures;
- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iv) comunicar ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência dos referidos eventos;
- v) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos do item 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- vi) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- vii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- viii) notificar o Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de parte substancial das atividades da Emissora;

- ix) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- x) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- xii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da estruturação, emissão e distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário, do Banco Liquidante, bem como dos demais prestadores de serviços contratados e outros custos relacionados às Debêntures;
- xiii) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
 - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores referentes ao exercício social encerrado em 2013 e as demonstrações financeiras seguintes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;



- d) manter os documentos mencionados no subitem “c”, acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente ao intermediário líder da oferta e ao Agente Fiduciário; e
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xiv) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xv) rigoroso cumprimento pela Emissora ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- xvi) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas, judiciais ou extrajudiciais, e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;



- xvii) comunicar imediatamente o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre qualquer alteração em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- xviii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- xix) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
- xx) comparecer às AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- xxi) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário junto a CETIP 21, administrado pela CETIP, durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- xxii) na hipótese de a Emissora passar por incorporação, fusão, cisão ou qualquer tipo de reorganização societária, incluindo incorporação de ações, as quais tenham sido aprovadas por debenturistas reunidos em AGD, a empresa resultante de tal reorganização deverá assumir todas as obrigações referentes às Debêntures, tomando todas as providências necessárias para tanto junto a CETIP, CVM, Escriturador Mandatário, e Banco Liquidante;
- xxiii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

- xxiv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas Licenças, autorizações, concessões ou aprovações aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles em processo de renovação e/ou cuja não obtenção não possa acarretar em um efeito negativo, considerando os termos do item (iv) acima;
- xxv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no item (ii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009;
- xxvi) guardar, enquanto houver Debêntures em Circulação ou pelo prazo de 5 (cinco) anos contado da presente data, o que ocorrer por último, toda a documentação relativa à oferta;
- xxvii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, concessões ou aprovações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas; e
- xxviii) efetuar o recolhimento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora.

8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 O Agente Fiduciário é nomeado na presente Escritura e expressamente a aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência, ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, a convocação dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 8.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição, sendo certo que o Agente Fiduciário não poderá renunciar suas funções antes que seu substituto assuma todas as obrigações decorrentes desta Escritura.

8.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, procederem à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

8.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEB pela Emissora, em até 2 (dois) dias úteis contados de sua celebração, onde será registrada a presente Escritura.

8.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações decorrentes desta Escritura e da legislação em vigor.

8.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora caso esta não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos na JUCEB, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e os documentos necessários ao efetivo registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas da Emissora dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e Procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

- ix) solicitar auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora, de forma justificada;
- x) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima;
- xi) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo:
 - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora focando nos indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - h) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou

integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período; e

- i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório;
 - c) na CVM; e
 - d) na sede do Coordenador Líder;
- xiv) publicar, nos órgãos da imprensa, na forma do item 5.10 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso;
- xvii) fiscalizar o cumprimento dos itens constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer para Emissora;

- xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;
- xix) acompanhar junto à Emissora e ao Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- xx) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora.

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e, cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo, sem limitação a contratação de escritório de advocacia de primeira linha;
- iii) requerer a falência da Emissora; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) a (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando,

porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iv) acima.

8.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- i) à título de remuneração, serão devidas pela Emissora parcelas anuais de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) pelos serviços de Agente Fiduciário, devida a primeira no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas do anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento;
- ii) as parcelas citadas no item (i) acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- iii) as parcelas citadas no item (i) da cláusula 8.6 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- iv) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

- vii) as remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, alimentação, transporte, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, fotocópias, digitalizações, com envio de documentos e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação;
- viii) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora no prazo definido pelos Debenturistas. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que comprovadas e relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, desde que arbitradas pelo juízo competente, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário; e
- ix) eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, não estabelecidas nesta Escritura ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

8.6.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.6.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 10 (dez) Dias Úteis de antecedência à data do pagamento.

8.6.3 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela AGD e com anuência da Emissora.

8.6.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, cuja elaboração permanecerá de responsabilidade da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

8.6.5 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura.

8.6.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

8.6.7 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com



as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora, salvo se agir com dolo ou com culpa grave. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

9.3 A AGD pode ser convocada através de publicação de aviso aos titulares de Debêntures, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM. A AGD, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

9.4 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.



9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes (50% mais um), exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou das hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.8.1 A alteração dos quóruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;

- v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura se deu através das informações constantes do parecer legal da Emissão, que refletem as diligências efetuadas a respeito;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- xii) para fins do §2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário informa que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário no período.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia fechada validamente organizada, constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças, estando todas elas em vigor, certificados, permissões, autorizações e concessões governamentais relevantes necessários para a condução de suas atividades, inclusive as relativas à legislação ambiental, trabalhista e previdenciária, bem como possui todas as autorizações necessárias, inclusive as societárias, a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irão resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo, a aprovação da AGE e da RCA), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto o registro da Escritura na JUCEB e o registro das Debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- xi) as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período;
- xii) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- xiii) não omitiu nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua em prejuízo dos Debenturistas;
- xiv) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;

- xv) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
- xvi) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles constantes nas respectivas certidões forenses atualmente em vigor e devidamente apresentadas; e
- xvii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

11.2. A Emissora compromete-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) Para a Emissora:

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

–Praça Pio X, 98/8º Andar

Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20.091-040

Tel.: (21) 2206-9100

Fax: (21) 2206-9151

At.: Sr. Eduardo de Come/Eduardo Mesquita Souza

Email: eduardo.decome@minacaraiba.com/eduardo.souza@minacariba.com



ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Correio eletrônico: backoffice@pentagonotruster.com.br

iii) Para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal

04344-902 – São Paulo – SP

Claudia Vasconcellos

Telefone: +55 (11) 5029-1910

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

iv) Para o Escriturador Mandatário

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

01452-002 – São Paulo – SP

Claudia Vasconcellos

Telefone: +55 (11) 5029-1910

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

v) Para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

01452-001– São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de “aviso de entrega e leitura”. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima após o envio da mensagem.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

12.2 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada

por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito pretendido pelas partes no momento da celebração desta Escritura.

12.4 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.6 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, após o atendimento dos requisitos relacionados na Cláusula 3 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

13. **FORO**

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 16 de junho de 2014.

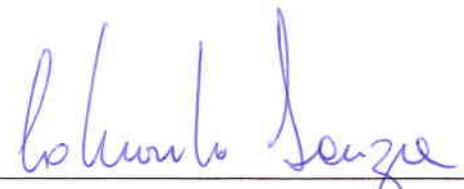
(assinaturas nas páginas seguintes)



(página de assinatura 1/3 da “Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A.” celebrada entre Mineração Caraíba S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.


Nome: Eduardo de Come
Cargo: Diretor Financeiro


Nome: Eduardo de Mesquita Souza
Cargo: Procurador

189 Ofício de Notas - Tabelião Luis Vitoriano Vieira Teixeira
Av. Presidente Vargas, 435 12. andar - RJ - Tel. 2507-6151 - Nº 1154653
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): EDUARDO DE COME-363/189-EAHW#
66087 NLC, EDUARDO DE MESQUITA SOUZA-360F/161-EAHW66088(SXL, #=====

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2014 as 17:03:05
2- Em Testemunha da verdade:
FERNANDO REMAN DE QUEIROZ - Autorizado - VF - 1487
Firma 4,20 + FETJ 0,84 + Fundos 0,6 = R\$11,40
EAHW66087 NLC EAHW66088 SXL Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/otepublico>



(página de assinatura 2/3 da “Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A.” celebrada entre Mineração Caraíba S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

24/06/2014

Nome: Yumi F. A. Takahashi
Cargo: Procuradora

2º OFÍCIO DE NOTAS - TABELIÃO: ADILSON WAGNER FIRMINO
Estr. dos Bandeirantes, 209 - Lj C/D- Taquara - RJ - Fone: (021) 2445-8785
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
YUMI FIRMO ALVES TAKAHASHI
+++++
Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2014. Conf. por
Em testemunho da verdade.

CTPS - 59998-072RJ - VANUSA CONCEICAO DA SILVA-ESCREVENTE
E-AHW95019-GND Consulte em <http://www3.tjrj.jus.br/sltepublico>

Emolumentos. R\$4,28
Impostos. R\$1,42
Total R\$5,70

2º OFÍCIO DE NOTAS
Vanusa Conceição da Silva
CTPS - 59998-072 RJ
Escrevente

(página de assinatura 3/3 da "Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A." celebrada entre Mineração Caraíba S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

Testemunhas:

1. *Mayara R. Correa*

Nome:

RG.:

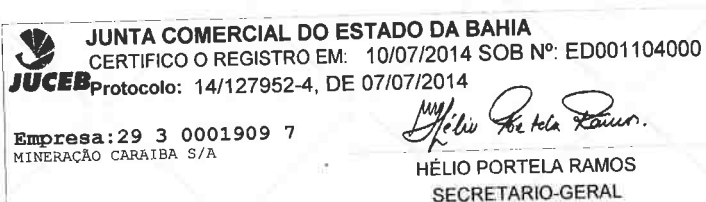
Mayara R. Correa
CPF: 127.275.677-74
RG: 20.727.423-4

2. *Antonio B. de Carvalho Neto*

Nome:

RG:

Antonio B. de Carvalho Neto
OAB/RJ 138.059



(Este anexo é parte integrante da “Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Mineração Caraíba S.A.” celebrada entre Mineração Caraíba S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

ANEXO I - SEGUROS

SEGURO	APÓLICE	SEGURADORA
Riscos Nomeados	1.96.4003676	Itaú Seguros S/A
D&O	1109188299	Zurich Seguros
Responsabilidade Civil Geral – RCG	03.51.0016434	Allianz Seguros
Riscos diversos	03.71.0057755	Allianz Seguros
Transporte internacional de equipamentos	2201028792	Royal Sunalliance
Vida em grupo	93103336	Icatu Hartford
Incêndio multirisco	087372012010118000286	AIG Seguros

